



Número: **0000006-03.2019.8.17.3070**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Passira**

Última distribuição : **07/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE (AUTOR)		DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39735653	07/01/2019 12:46	Petição Inicial	Petição Inicial
39736049	07/01/2019 12:46	Petição Inicial PDF	Petição em PDF
39736055	07/01/2019 12:46	Procuração	Procuração
39736070	07/01/2019 12:46	Documentação da Ação	Documento de Comprovação
52191498	11/10/2019 16:56	Despacho	Despacho
53661340	08/11/2019 11:23	Contestação	Contestação
53661343	08/11/2019 11:23	2662950_CONTESTACAO_01	Petição em PDF
53661345	08/11/2019 11:23	KIT_SEGURADORA_LIDER 1	Outros (Documento)
53661346	08/11/2019 11:23	KIT_SEGURADORA_LIDER 2	Outros (Documento)
55223744	09/12/2019 15:49	Habilitação	Petição (3º Interessado)
56504034	15/01/2020 16:54	Certidão	Certidão
56504035	15/01/2020 16:54	AR - 52329448 - 6-03.2019	Aviso de recebimento (AR)
56504043	15/01/2020 16:55	Intimação	Intimação
57740923	11/02/2020 08:59	Petição	Petição
57740924	11/02/2020 08:59	Replica DPVAT 6.2019.8.17.3070	Petição em PDF
59680960	25/03/2020 17:16	Despacho	Despacho
60115557	01/04/2020 13:01	Petição	Petição
60182564	02/04/2020 13:33	Petição	Petição
60182568	02/04/2020 13:33	2662950_PETICAO_DE_PROVAS_01	Petição em PDF

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PASSIRA ESTADO DE PERNAMBUCO.**

JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, natural de Passira/PE, filho de João Pereira de Albuquerque e de Maria José da Silva, portador do RG n.º 5.173.480 SSP/PE, inscrito no CPF/MF n.º 024.336.284-66, residente e domiciliado no Sítio Cipoal, nº 630, Sítio Cipoal/Vertente Seca, Passira/PE, CEP nº 55.650-000, e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com, por seu advogado devidamente constituído através de instrumento procuratório anexado aos autos, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência., com fundamento no art. 319 e s.s. do Código de Processo Civil, art. 3º da Lei 6.194/74, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, CNPJ: 09248608/0001-04, e também da **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 345, Boa Viagem – Recife – PE CEP: 51.011-050 CNPJ: 60831344/0001-74, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora é pobre na forma da lei e, como tal, não lhe é possível demandar sem prejuízo do seu próprio sustento e do da sua família, motivo pelo qual faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, para todos os efeitos da Lei nº 1.060/50 c/c os arts. 1º ao 3º, da Lei 7.115/83; art. 4º, da Lei nº 7.510/86 e art. 5º, LXXIV da CF/88.

Válido salientar que em sede de benefício de gratuidade judiciária, o STJ consolidou o entendimento no sentido de que a matéria reflete uma presunção juris tantum. Para a concessão do benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirme a sua pobreza.



DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Em obediência ao art. 319, inciso VII, do Código de Processo Civil, o autor, vem, informar que não opta pela realização da audiência de conciliação, ante a necessidade de produção de prova pericial.

DO CONVÊNIO ENTRE AS SEGURADORAS DO DPVAT E O TJPE

Culto Julgador, a ação necessita de produção de prova técnica (perícia médica), desta forma, fora realizado um convênio entre as seguradoras de consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para os custeios dos honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015.

A prova pericial se torna necessária para o deslinde da ação, por tanto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015 e posteriormente uma possível composição amigável.

1. DOS FATOS:

A parte autora é segurado do seguro obrigatório (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT), o mesmo foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava a sua motocicleta Honda CG FAN ES, 125 CC, ano/modelo 2014, de placa OYZ 9742, renavam 1027675937, perdendo o controle da motocicleta e caiu ao chão, no Sítio Tamanduá, Zona Rural, Passira/PE.

O fato ocorreu no dia 11/05/2018, às 13h14min, sendo socorrido para a Unidade Mista Nossa Senhora da Conceição, após os primeiros atendimento, foi transferido para o Hospital Otávio de Freitas, onde constatou-se que a queda, lhe ocasionou a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, conforme o laudo em anexo.

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitou o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, e mesmo a seguradora ré ciente da invalidez permanente do requerente este recebeu a quantia de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

A parte autora recebeu a quantia menor, pois a quantia certa para cobertura no caso de invalidez permanente na região do membro superior esquerdo, conforme a Lei nº 6.194/1964 é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

2. DO DIREITO:

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR).

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente é inequívoco, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

Conforme já mencionado, a seguradora requerida pagou a indenização a menor, pois a quantia correta para cobertura de invalidez permanente é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois a debilidade foi no membro superior esquerdo, conforme Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente em anexo.

O quadro abaixo ilustra ainda mais o disparate da situação:

--	--	--



Valor legal	Valor pago pela recorrida	Diferença (valor legal – valor recebido)
R\$ 13.500,00	R\$ 1.687,50	R\$ 11.812,50

Segue jurisprudência do 1º Colégio Recursal de Pernambuco:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. TABELA QUE PREVE PAGAMENTO DE 70% DO TETO MÁXIMO. DIFERENÇA A SER PAGA. SENTENÇA REFORMADA.. RECURSO PROVIDO. Insurge-se o recorrente contra a sentença (fls. 53/55), que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão da necessidade de produção de prova pericial por absoluta ausência de laudo oficial do IML. Em suas razões (fls. 57/60), em suma, aduz que tendo em vista ter sido pago indenização a menor no valor de R\$ 2.040,49, quando deveria ser baseado no valor de R\$ 13.500,00 x 70%, o que equivaleria a R\$ 9.450,00, pois este percentual equivale a debilidade permanente de um dos membros superiores. Ressalta que no caso em exame não se discute perda da função, inutilizarão de membro ou invalidez permanente. Ressalta que os laudos acostados são firmes em afirmar que o recorrente tornou-se portador de debilidade permanente do membro superior direito. Enfim, pede seja reformada a sentença para pagar-lhes a diferença correspondente a R\$ 7.045,51 (sete mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Em suas contra-razões (fls. 66/68), em síntese, pugna pela manutenção da sentença desafiada. É o relatório. Com efeito, o recorrente teria direito ao percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 se tivesse, ao mínimo, acostado aos autos o laudo traumatológico produzido pelo IML, mas não o fez, preferindo acostar fichas de atendimentos realizados em outros municípios, de forma que sem o laudo confeccionado pelo IML outra não é o caminho que não a extinção do processo sem resolução de mérito pela complexidade da causa. Houve o reconhecimento, por parte da seguradora, da invalidez do autor, e além disso, a própria seguradora na audiência reconheceu a invalidez, de forma que considerando a tabela acostada às fls. 36, o percentual de perda é de 70%, devendo ser paga a recorrente a diferença correspondente a R\$ 7.045,51, tendo em vista já ter recebido a quantia de R\$ 2.404,49. E a tabela, para estes casos, prevê o percentual de 70%, que incidirá sobre o valor de R\$ 13.500,00. Faz jus, o autor, a receber a diferença pleiteada. Dou provimento ao recurso, julgando procedente o pleito do autor, condenando a recorrida a pagá-lo a quantia de R\$ 7.045,51, devidamente corrigida pela Tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento desta, e juros de 1% ao mês, a partir da citação. É como voto. **ACÓRDÃO:** Realizado o julgamento do recurso inominado, onde são partes, como recorrente: JABSON ALEXANDRE CORREIA DE AMORIM, e como recorridos: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, em 08 de junho de 2011, a 1ª Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, composta pelos Juizes de Direito Dr. AUZÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI, Dr. ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e Dr. NILDO NERY DOS SANTOS FILHO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juizes componentes da 1ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, a unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Publicado nesta sessão, ficam as partes de logo intimadas. Recife, Sala das Sessões, 08 de junho de 2011. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02422/2011, Relator Roberto Carneiro Pedrosa, j. 08/06/2011).



Logo, o valor que deveria ser pago era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela debilidade permanente do membro superior esquerdo.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), correspondente à diferença que a empresa Ré indevidamente deixou de lhe pagar, referente à debilidade permanente do membro superior esquerdo.

6. DO PEDIDO:

Face tudo o quanto foi exposto anteriormente, bem como por toda a prova documental que segue apensada, requer a parte autora que V. Exa., determine o seguinte:

- A) A **citação** dos réus nas pessoas de seus representantes legais, e nos endereços mencionados no preâmbulo, para, querendo, no prazo legal, contestar a presente ação indenizatória, sob pena de revelia e confissão;
- B) Seja concedido o **benefício da justiça gratuita**, tendo em vista que a parte autora não poder arcar com as custas e encargos legais sem o prejuízo do próprio sustento e de sua família, por ser pobre na forma da Lei;
- C) A **concessão do pedido preliminar de nomeação de perito**, para atestar a debilidade da parte autora, conforme Convênio firmado entre Seguradoras do Consórcio DPVAT e Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ofício nº. 0005/2015);
- D) Que seja **julgado procedente o pedido**, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
- E) Aplicação da correção monetária da data do acidente (20/02/2018) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.
- F) Que ao final seja os réus condenados em honorários advocatícios em 20% do valor da causa, conforme previsão do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.
- G) E, finalmente, que todas as intimações sejam feitas na pessoa do Bel. Dermeval Bezerra de Brito Filho, inscrito no OAB/PE 34.512, com escritório profissional situado na Rua Vigário Joaquim Pinto, n.º 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000, fone: (81) 9.9899-0904, e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com, sob pena de NULIDADE;

Protesta provar o alegado por todos os meios de probatórios em direitos admitidos.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.



Nestes termos

Pede deferimento.

Limoeiro/PE, 07 de janeiro de 2019.

DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO

OAB/PE 34.512





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE PASSIRA ESTADO DE PERNAMBUCO.

JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, natural de Passira/PE, filho de João Pereira de Albuquerque e de Maria José da Silva, portador do RG n.º 5.173.480 SSP/PE, inscrito no CPF/MF n.º 024.336.284-66, residente e domiciliado no Sítio Cipoal, n.º 630, Sítio Cipoal/Vertente Seca, Passira/PE, CEP n.º 55.650-000, e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com, por seu advogado devidamente constituído através de instrumento procuratório anexado aos autos, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência., com fundamento no art. 319 e s.s. do Código de Processo Civil, art. 3º da Lei 6.194/74, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua Senador Dantas, n.º 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, CNPJ: 09248608/0001-04, e também da **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, n.º 345, Boa Viagem – Recife – PE CEP: 51.011-050 CNPJ: 60831344/0001-74, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora é pobre na forma da lei e, como tal, não lhe é possível demandar sem prejuízo do seu próprio sustento e do da sua família, motivo pelo qual faz jus aos benefícios da Justiça Gratuita, para todos os efeitos da Lei n.º 1.060/50 c/c os arts. 1º ao 3º, da Lei 7.115/83; art. 4º, da Lei n.º 7.510/86 e art. 5º, LXXIV da CF/88.

Válido salientar que em sede de benefício de gratuidade judiciária, o STJ consolidou o entendimento no sentido de que a matéria reflete uma presunção juris tantum. Para a concessão do benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirme a sua pobreza.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Em obediência ao art. 319, inciso VII, do Código de Processo Civil, o autor, vem, informar que não opta pela realização da audiência de conciliação, ante a necessidade de produção de prova pericial.

DO CONVÊNIO ENTRE AS SEGURADORAS DO DPVAT E O TJPE

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.

E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904





Culto Julgador, a ação necessita de produção de prova técnica (perícia médica), desta forma, fora realizado um convênio entre as seguradoras de consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para os custeios dos honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015.

A prova pericial se torna necessária para o deslinde da ação, por tanto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015 e posteriormente uma possível composição amigável.

1. DOS FATOS:

A parte autora é segurado do seguro obrigatório (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT), o mesmo foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava a sua motocicleta Honda CG FAN ES, 125 CC, ano/modelo 2014, de placa OYZ 9742, renavam 1027675937, perdendo o controle da motocicleta e caiu ao chão, no Sítio Tamanduá, Zona Rural, Passira/PE.

O fato ocorreu no dia 11/05/2018, às 13h14min, sendo socorrido para a Unidade Mista Nossa Senhora da Conceição, após os primeiros atendimento, foi transferido para o Hospital Otávio de Freitas, onde constatou-se que a queda, lhe ocasionou a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, conforme o laudo em anexo.

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitou o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, e mesmo a seguradora ré ciente da invalidez permanente do requerente este recebeu a quantia de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

A parte autora recebeu a quantia menor, pois a quantia certa para cobertura no caso de invalidez permanente na região do membro superior esquerdo, conforme a Lei nº 6.194/1964 é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

2. DO DIREITO:

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.

E-mail: britoadvogados.adv@gmail.com / Fone: 9.9899-0904





II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR).

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente é inequívoco, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

Conforme já mencionado, a seguradora requerida pagou a indenização a menor, pois a quantia correta para cobertura de invalidez permanente é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois a debilidade foi no membro superior esquerdo, conforme Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente em anexo.

O quadro abaixo ilustra ainda mais o disparate da situação:

Valor legal	Valor pago pela recorrida	Diferença (valor legal – valor recebido)
R\$ 13.500,00	R\$ 1.687,50	R\$ 11.812,50

Segue jurisprudência do 1º Colégio Recursal de Pernambuco:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. TABELA QUE PREVE PAGAMENTO DE 70% DO TETO MÁXIMO. DIFERENÇA A SER PAGA. SENTENÇA REFORMADA.. RECURSO PROVIDO. Insurge-se o recorrente contra a sentença (fls. 53/55), que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão da necessidade de produção de prova pericial por absoluta ausência de laudo oficial do IML. Em suas razões (fls. 57/60), em suma, aduz que tendo em vista ter sido pago

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.

E-mail: britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904





indenização a menor no valor de R\$ 2.040,49, quando deveria ser baseado no valor de R\$ 13.500,00 x 70%, o que equivaleria a R\$ 9.450,00, pois este percentual equivale a debilidade permanente de um dos membros superiores. Ressalta que no caso em exame não se discute perda da função, inutilização de membro ou invalidez permanente. Ressalta que os laudos acostados são firmes em afirmar que o recorrente tornou-se portador de debilidade permanente do membro superior direito. Enfim, pede seja reformada a sentença para pagar-lhes a diferença correspondente a R\$ 7.045,51 (sete mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Em suas contra-razões (fls. 66/68), em síntese, pugna pela manutenção da sentença desafiada. É o relatório. Com efeito, o recorrente teria direito ao percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 se tivesse, ao mínimo, acostado aos autos o laudo traumatológico produzido pelo IML, mas não o fez, preferindo acostar fichas de atendimentos realizados em outros municípios, de forma que sem o laudo confeccionado pelo IML outra não é o caminho que não a extinção do processo sem resolução de mérito pela complexidade da causa. Houve o reconhecimento, por parte da seguradora, da invalidez do autor, e além disso, a própria seguradora na audiência reconheceu a invalidez, de forma que considerando a tabela acostada às fls. 36, o percentual de perda é de 70%, devendo ser paga a recorrente a diferença correspondente a R\$ 7.045,51, tendo em vista já ter recebido a quantia de R\$ 2.404,49. E a tabela, para estes casos, prevê o percentual de 70%, que incidirá sobre o valor de R\$ 13.500,00. Faz jus, o autor, a receber a diferença pleiteada. Dou provimento ao recurso, julgando procedente o pleito do autor, condenando a recorrida a pagá-lo a quantia de R\$ 7.045,51, devidamente corrigida pela Tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento desta, e juros de 1% ao mês, a partir da citação. É como voto. **ACÓRDÃO:** Realizado o julgamento do recurso inominado, onde são partes, como recorrente: JABSON ALEXANDRE CORREIA DE AMORIM, e como recorridos: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, em 08 de junho de 2011, a 1ª Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, composta pelos Juizes de Direito Dr. AUZIÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI, Dr. ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e Dr. NILDO NERY DOS SANTOS FILHO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juizes componentes da 1ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, a unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Publicado nesta sessão, ficam as partes de logo intimadas. Recife, Sala das Sessões, 08 de junho de 2011. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02422/2011, Relator Roberto Carneiro Pedrosa, j. 08/06/2011).





Logo, o valor que deveria ser pago era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela debilidade permanente do membro superior esquerdo.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), correspondente à diferença que a empresa Ré indevidamente deixou de lhe pagar, referente à debilidade permanente do membro superior esquerdo.

6. DO PEDIDO:

Face tudo o quanto foi exposto anteriormente, bem como por toda a prova documental que segue apensada, requer a parte autora que V. Exa., determine o seguinte:

- A) A **citação** dos réus nas pessoas de seus representantes legais, e nos endereços mencionados no preâmbulo, para, querendo, no prazo legal, contestar a presente ação indenizatória, sob pena de revelia e confissão;
- B) Seja concedido o **benefício da justiça gratuita**, tendo em vista que a parte autora não poder arcar com as custas e encargos legais sem o prejuízo do próprio sustento e de sua família, por ser pobre na forma da Lei;
- C) A **concessão do pedido preliminar de nomeação de perito**, para atestar a debilidade da parte autora, conforme Convênio firmado entre Seguradoras do Consórcio DPVAT e Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ofício nº. 0005/2015);
- D) Que seja **julgado procedente o pedido**, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
- E) Aplicação da correção monetária da data do acidente (20/02/2018) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.
- F) Que ao final seja os réus condenados em honorários advocatícios em 20% do valor da causa, conforme previsão do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.
- G) E, finalmente, que todas as intimações sejam feitas na pessoa do Bel. Dermeval Bezerra de Brito Filho, inscrito no OAB/PE 34.512, com escritório profissional situado na Rua Vigário Joaquim Pinto, n.º 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000, fone: (81) 9.9899-0904, e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com, sob pena de NULIDADE;

Protesta provar o alegado por todos os meios de probatórios em direitos admitidos.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Nestes termos
Pede deferimento.

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904





Limoeiro/PE, 07 de janeiro de 2019.

DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO
OAB/PE 34.512

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904



Assinado eletronicamente por: DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO - 07/01/2019 12:45:07
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19010712450793100000039164464>
Número do documento: 19010712450793100000039164464



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Jose Edilson de Albuquerque, Brasileiro, Doutor em Direito, nº 5.173.480 SSP-PE e CPF. nº 024.336.284-66 residente no Sítio Capão, nº 630, Capão Leão, Sítio, Primeira PE. CEP 55.650-000.

e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com

OUTORGADO: DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 34.512, ALEXANDRE SERGIO CABRAL DE BRITO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 32.209 e REGYANNY SOARES DE BRITO SILVA, brasileira, casada, inscrita na OAB/PE nº 9.839-E, ambos com endereço profissional na Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433, Centro, Limoeiro - PE, CEP: 55.700.000, Fone: 81-9.9899-0904, e-mail: britoadvogados.adv@gmail.com onde recebem citações, intimações e notificações de estilo.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da **cláusula ad judicium et extra**, para o foro em geral, e especialmente para: PROPOR AÇÃO CÍVEL, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, o poder para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer e receber Alvará Judicial (com direito de pedir a retenção dos honorários advocatícios contratados), dar quitação, firmar compromisso, pedir à justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do CPC). Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

TERMO DE CARÊNCIA: Declaro, para os devidos fins de prova junto ao Poder Judiciário, que sou pobre na forma da lei, e não tenho condições financeiras para arcar com as custas processuais, declaração esta que faço sob as penas da Lei e sob minha própria responsabilidade.

Limoeiro, 03 de Jan de 2019.

OUTORGANTE: Jose Edilson de Albuquerque





Jose Edilson de Albuquerque

REGISTRO GERAL	5173480	DATA DE EMISSÃO	14/03/1994
NOME	JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE		
FILIAÇÃO	João Pereira de Albuquerque Maria José da Silva		
NATURALIDADE	Passeira-PE.	DATA DE NASCIMENTO	05/11/1975
DOC. ORDEM C. Naéc.	2181 L.A.3		15.181
CPF	Carta 2ª Dist. de Passeira-PE.		
ANEXO: MARIA OTILÍDIA GOMES DE M.			
LEI Nº 7.115 DE 20/06/83			

06-71

 MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome	JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE
Nº de inscrição	024336284-66
Data de Nascimento	05/11/75
	

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.	
Assinatura	<i>Jose Edilson de Albuquerque</i>
JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE	
S E R V I D	VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL Emitido em : 03/04/95





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CORTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Compartilhada Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50020-902
CNPJ 10.635.933/0001-09 | Insc. Est. 0005943-02 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

MARIA JOSE DA SILVA ALBUQUERQUE

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

SI CIPOL 630

CPF: 907.806.594-72

SITIO CIPOL/VERTENTE SELA

CLASSIFICAÇÃO

SI RESIDENCIAL
Residencial
Monofase

CORTA CONTADOR MÊS/MG
1951003014 04/2018
DATA DE VENCIMENTO DATA PARA PAGAMENTO

Nº DA NOTA FISCAL

SERIE

EMISSÃO

014009040

UNICA

23/04/2018

APRESENTAÇÃO

Nº DO CLIENTE

Nº DA INSTALAÇÃO

23/04/2018

2001147938

1281348

TOTAL A PAGAR (R\$)

42,71

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Atividade	57.0000000	0,5842818
Contribuição Iluminação Pública		17,56
ICMS Subvenção CUP-NE 00688437-21/02/19		1,37
Multa por atraso NF 016503887 - 23/03/18		0,80
Juros por atraso NF 016503887 - 23/03/18		0,80
Atividade 13PM-NF 016503887 - 23/03/18		11,34
		0,74

TOTAL DA FATURA

42,71

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	LEITURA	DATA	ATUAL	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
17453	RES	22-03-2018	18.585,00		25-04-2018	18.512,00		32	1.000		57,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	Consumo (KWh)
ABR 18	57
MAR 18	65
FEV 18	62
JAN 18	70
DEZ 17	33
NOV 17	24
OUT 17	32
SET 17	31
AUG 17	30
JUL 17	41
JUN 17	30
MAY 17	33
ABR 17	61

IMPONIBILIDADES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPORTE
IPTE	37,34	21,29
IPIS	27,24	15,65
COFINS	47,38	27,01

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor	Porcentagem
Geração de Energia	10,47	18,36%
Transmissão	1,13	1,98%
Distribuição (Fórmula)	4,20	7,36%
Perda de Energia	5,79	10,15%
Encargos Setoriais	3,50	6,14%
Tributação	10,54	18,58%
Total	35,63	100%

TABELAS APLICÁVEIS

Consumo Atividade

0,5842818

RECORRIDO AO PAGO

DEB: 9701 10-ES-AR3 FOM 0719 0400 0844

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Para mais informações consulte o site da Celpe ou o aplicativo Celpe App. O cliente deve manter a fatura em seu poder até o vencimento da mesma. A Celpe não se responsabiliza por danos decorrentes do uso indevido das informações aqui apresentadas.

FORMAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERFERÊNCIAS

TIPO DE INTERFERÊNCIA	UNIDADE	PERÍODO	LIMITE ANUAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE DIÁRIO
INTERFERÊNCIA	UNIDADE	PERÍODO	LIMITE ANUAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE DIÁRIO

NÍVEL DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220V	200V - 240V

DETRAN - PE Nº 013435438605
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 CDD RENAVAM: 1027675937 R.N.T.R.C.: ***** EXERCÍCIO: 2018

NOME: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

PASSIRA-PE

CPF / CNPJ: 024.336.284-66 PLACA: OYZ9742

PLACA ANT / UF: ***** / PE CHASSI: 9C2JC4120ER040223

ESPÉCIE TIPO: PAS / MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL: GASOLINA

MARCA / MODELO: HONDA / CG 125 FAN ES ANO FAB: 2014 ANO MOD: 2014

CAP / POT / CIL: 22 / 124 CL CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA ÚNICA: IEVA 2018 QUITADO VENC. COTA ÚNICA: 1ª *****

FAIXA LPVA: 1 PARCELAMENTO / COTAS: 2ª ***** 3ª *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): SEGURO PAGO IOF (R\$): PRÊMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO:

OBSERVAÇÕES: SEM RESERVA

Charles Andrews Sousa Ribeiro
 Diretor-Presidente DETRAN/PE

DATA: 09/03/18

TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PE Nº 013435438605 BILHETE DE SEGURO DPVAT

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**

www.seguradoralider.com.br
 SAC DPVAT 0800 022 4224

PASSIRA-PE EXERCÍCIO: 2018 DATA EMISSÃO: 09/03/18

VIA: 1 CPF / CNPJ: 024.336.284-66 PLACA: OYZ9742

RENAVAM: 1027675937 MARCA / MODELO: HONDA / CG 125 FAN ES

ANO FAB: 2014 CAT. TARIF: 09 Nº CHASSI: 9C2JC4120ER040223

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): DENATRAM (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): IOF (R\$): DATA DE OUTORGÃO (R\$):

SEGURO PAGO

PAGAMENTO: ☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE OUTORGÃO:

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 09.246.608/0001-04

DESTAQUE E GUARDE O BILHETE DPVAT.
 ELE NÃO É DE PORTE ORIGINÁRIO.





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 118ª CIRCUNSCRIÇÃO - PASSIRA - DP118ªCIRC DINTER1/16ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **18E0208000314**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **21/06/2018** às **15:18**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado), que aconteceu no dia **11/5/2018** às **15:14**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE PASSIRA, 01, ZONA RURAL - Bairro: CENTRO - PASSIRA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **PROPRIEDADE RURAL**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)
JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA JOSÉ DA SILVA** Pai: **JOÃO PEREIRA DE ALBUQUERQUE** Data de Nascimento: **6/11/1975** Naturalidade: **PASSIRA / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **5173480/SSP/PE (RG): 02433628466 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **AGRICULTOR(A)**
Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE PASSIRA, 630, SÍTIO CIPÓAL-ZONA RURAL - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - PASSIRA/PERNAMBUCO/BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**
Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE PASSIRA, 01 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - PASSIRA/PERNAMBUCO/BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): **JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 125** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **OYZ9742** (PERNAMBUCO/PASSIRA) Chassi: **9C2JC4120ER04223**
Ano Fabricação/Modelo: **2014/2014** Combustível: **GASOLINA**
Descrição: **RENAVAN- 1027675937**

Complemento / Observação

RELATA A VÍTIMA QUE PILOTAVA SUA MOTO PELA ZONA DESTA CIDADE, SEGUINDO DA SUA CASA LOCALIZADA NO SÍTIO CIPÓAL COM DESTINO A CASA DE SEUS PARENTES NO SÍTIO TAMANDUÁ QUANDO EM DADO MOMENTO PERDEU O CONTROLE DA MOTO E VEIO A CAIR NO CHÃO. A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR POPULARES PARA O HOSPITAL LOCAL, ONDE SEGUNDO A OCORRÊNCIA Nº 040.711, APRESENTA PACIENTE COM HISTÓRICO DE QUEDA
file:///C:/Users/LUCIANO%20SOUZA/.infopol/xml/BOEPreview.html

1/2



DE MOTO COM FRATURAS NO BRAÇO ESQUERDO. APOS OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS O PACIENTE FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS NA CIDADE DO RECIFEQUE APÓS RAIO-X FICOU CONSTATADO OUTRAS FRATURAS ONDE FOI SUBMETIDO A PROCEDIMENTO CIRURGICO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSÉ EDILSON DE ALBUQUERQUE
(VITIMA)



B.O. registrado por: **LUCIANO SOUZA DA SILVA** - Matrícula: 273596-2





PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA
Secretaria de Saúde

UNIDADE MISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



GUIA DE ENCAMINHAMENTO

Unidade de Saúde <i>U.M. N.S.C.</i>	Município <i>Passira</i>
Nome do Paciente <i>Sra. Edina de Albuquerque</i>	Senha <i>5424305</i>
Endereço do Paciente <i>Sítio Capot</i>	Destino <i>HCF - Traumatologia</i>
Hipótese Diagnóstica <i>posterior de fratura do osso da base da (E) fratura de osso da base da (E)</i>	
Conduta <i>Digite no (E)</i>	
Observação <i>Paciente com 42 anos, com histórico de queda de um bloco de 8 metros sobre posterior parte de cabeça e pescoço, com fratura de osso da base da (E). ECC 2 4+5 4C 15</i>	
Hora de Saída	
Confirma Transferência	

Ass. / Carimbo Médico

[Assinatura]
17/5/18

Ass. / Carimbo Enf. Chefe



HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

MVPEP - Sistema de Prontuário Eletrônico

Relatório de Evolução

Página 1 de 1

Emitido por: ARTUR LUIZ NEPOZIANO
AVELINO DA SILVA
Em: 15/05/2018 07:50

Atendimento: 764042

Evolução: 349203

Leito: 186

Data Evolução: 15/05/2018

Paciente: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

Idade: 42

Convênio: SUS - INTERNACAO

Plano: PLANO UNICO

EVOLUÇÃO

Responsável: ARTUR LUIZ NEPOZIANO AVELINO DA

Data/Hora: May 15, 2018 7:50:41 AM

HD: 1º DPO DE TTO CIRURGICO DE FRATURA DE GALLEAZZI ESQUERDA

ASSINTOMÁTICO

EF: SEM ALTERAÇÕES FO COM BOM ASPECTO

CD: ALTA HOSPITALAR

Artur Luiz Nepoziano Avelino da Silva
CRM 25845

ARTUR LUIZ NEPOZIANO AVELINO DA SILVA
CRM 25845

MVPEP - Sistema de Prontuário Eletrônico



HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

MANCHESTER_V2

11/05/2018 20:11



Nome Paciente: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE
Cód. Paciente: 1059040
Data de Nascimento: 06/11/1975
Sexo: Masculino
Idade: 42
Senha: FN0040
Convênio: 2 - SUS - AMBULATORIO
Atendimento: 764038



11/05/2018 20:11 - MARTA JULIA VASCONCELOS SILVEIRA NETTO - COREN: 41744 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO

Prioridade:

VERDE - POUCO URGENTE

Cor:



VERDE

Queixa Principal:

QUEDA DE MOTO HOJE COM TRAUMA EM MSESQ. IMOBILIZADO. NEGA DESMAIOS E
OU VOMITOS.

Observação:

Fluxograma sintoma:

PROBLEMAS EM EXTREMIDADES

Discriminador(es):

- EVENTO RECENTE?

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Alergia(s):

Sinais Vitais Lidos:



Acolhido(a) por: MARTA JULIA VASCONCELOS SILVEIRA NETTO
Data: 11/05/2018 20:11

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





SES/FUSAM

HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

Paciente: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE. Prontuário: 1059040

Cirurgião: Dr. RODRIGO LAPENDA

1º Auxiliar: Dr. RICARDO MENEZES

Anestesiasta:

Anestesia: BLOQUEIO PLEXO

Data da Operação: 12/05/18.

Diagnóstico Pré-operatório: FRATURA ANTEBRAÇO ESQUERDO (GALEAZZI)

Diagnóstico Pós-operatório: O MESMO

Operação Proposta: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO ESQUERDO + REDUÇÃO DA ARUD

Operação Realizada: A PROPOSTA

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. PACIENTE EM DDH. SOB ANESTESIA.
2. ESVAZIAMENTO GRAVITACIONAL DO MSD E GARROTEAMENTO.
3. ASSEPSIA, ANTI-SEPSIA, CAMPOS ESTÉREIS.
4. ACESSO VOLAR EM ANTEBRAÇO ESQUERDO + DIVULSAO POR PLANOS
5. REDUÇÃO DA FRATURA DE RÁDIO E FIXAÇÃO COM PLACA DCP 12 Furos
6. LIMPEZA EXAUSTIVA COM SF0,9%.
7. REDUÇÃO DA ARUD + FIXAÇÃO COM 2 FIOS K
8. SUTURA.
9. SOLTURA DE GARROTE (AUSENCIA DE SANGRAMENTO ATIVO)
10. CURATIVO.
11. TALA AXILOPALMAR EM MSE
12. EVIDENCIADO PERFUSÃO DIGITAL EM MSE
13. À SR.





SAEP - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

TRANS-OPERATORIO DE ENFERMAGEM - PREENCHIMENTO PELO ENFERMEIRO DA UNIDADE DE BLOCO CIRÚRGICO - PREENCHER TODOS OS CAMPOS OBRIGATORIAMENTE

RESOLUÇÃO COFEN-272/2002-REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 358/2009

PACIENTE: José Edilson de Almeida REG: 1059040 ATEND: 464092

SALA: 020 CIRCULANTE: Edvénia DATA: 12/5/18

DATA: 12/05/18 HORÁRIO: MEDICAÇÃO PRE-ANESTÉSICA

SIM ☐ NÃO ☒ QUAL

HORÁRIOS

Entrada em sala cirúrgica: 15:55hs

Início da cirurgia: 16:20

Fim da cirurgia: 19:10hs

Saída da S.O.

INFORMAÇÕES GERAIS

Confirmação paciente certo (prontuário/pulseira/paciente)

Confirmado procedimento previsto

Confirmado condições da pele

Confirmado LATERAL DADE/SITIO CIRURGICO

Confirmado jejum adequado- quantas horas:

Confirmado ausência de prótese/roupa íntima/ adorno

☐ NÃO ☒ SIM☐ NÃO ☒ SIM☐ INTEGRAL ☒ LESÕES☐ NÃO ☒ SIM LADO ☐ DIR ☒ ESQ☐ NÃO ☒ SIM☐ NÃO ☒ SIM

ANESTESIA: Bloqueio

ANESTESIOLOGISTA: Dr.º Clímerson / Dr.º Marina

☐ GERAL
☐ LOCAL☐ PERIFERICAL
☐ INJEÇÃO☐ RAQUI
☒ BLOQUEIO

OUTROS:

HORÁRIO INÍCIO: 16:05hs

HORÁRIO TÉRMINO: 19:20hs

CIRURGIA REALIZADA: Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur de galaxo

CONTAMINAÇÃO CIRURGIA PROPOSTA

☒ LIMPA☐ CONTAMINADA

CIRURGIÃO: Dr.º Roberto Lapa

☐ INFECTADA POTENCIALMENTE CONTAMINADA

POSICÃO CIRURGICA

☒

DECÚBITO DORSAL

VENTRAL C/ FLEXÃO JOELHO

TRENTELEMBURG

☐ DECÚBITO VENTRAL
☐ LATERAL DIREITA☐ LITOTOMIA
☐ LATERAL ESQ.☐ PRONE
☐ FOWLER

PREPARO DA PELE DO PACIENTE

SOLUÇÃO

☐ CLOREX ALCO 0,7%☐ CLOREX ALCO 5%☒ CLOREX DER 2-0,5%☐ PVP I DER 100MG/ML

EXCORAÇÃO DA ÁREA

☐ NÃO☒ SIM COM: Clorox

PROTEÇÃO/AQUECIMENTO

☐ MANTA TÉRMICA☐ LQUINS☒ OUTROS: KenGel



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM
EM SALA OPERATÓRIA
BLOCO CIRÚRGICO CENTRAL

ROT 9.17 - 01.V1

SALA OPERATÓRIA Nº 02
Data: 12/05/2018
Procedente: Emergência (☒) Eletiva ()
Prontuário: 3059040

Indicadores Institucionais

Nome: José Edilson de Albuquerque
Data de Nascimento: 06/11/1975

1. SSVV PRÉ ANESTÉSICOS IMEDIATOS

PA: 141 mmHG FC: 65 bpm FR: 17 irpm SpO2 100 %
DOR: Sim (☒) Não () local: braço esquerdo

Estado geral: Bom () Regular (☒) Grave ()
Nível de consciência: Orientado (☒) Consciente (☒) Sonolento () Coma ()
Respiração: Espontânea (☒) Entubado () Traqueostomia ()
Tricotomia: Sim (☒) Não ()

2. TRANS OPERATÓRIO

Posição: Fowler () Lateral: E () D () Dorsal (☒) Ventral () Litotomia ()
Contagem inicial de compressas: Quantidade: 3 unidades
Contagem final de compressas: Quantidade: 13 unidades

2.1 PROCEDIMENTOS

Cânula Orotraqueal () Puncão Venosa: AVC () Periférica ()
Sonda Nasogástrica () Sonda Vesical de demora: Uretral () Cistostomia ()
Dreno: Torácico E () D () Sucção () Jackson Pratt ()

3. AVALIAÇÃO DOS SSVV A 15 MINUTOS

HORA	16:05	16:20	16:35	16:50	17:05	17:20	17:35	17:50	18:05	18:20	18:35	18:50	19:05	19:20
FC	65	65	65	65	54	54	55	55	56	71	60	60	60	60
Temp°C														

3.1 INFUSÃO DE SOLUÇÕES E HEMOCONCENTRADO (anestesia)

DESCRIÇÃO	VOLUME (ML)	QUANTIDADE	HORA
Soro Fisiológico			
Soro Glicosado			
Soro Ringer	500		
Concentrado de Hemácias e Hemocomponentes			16:45hs
Número do Segmento do Concentrado de Hemácias			

3.2 MEDICAÇÕES

Anestesia: <u>1. Xenon</u> <u>2. Ketarol</u>	Antibiótico profilaxia: SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO ()
<u>3. Dilectron</u>	Qual: <u>Cefazolina</u>
<u>4. Brasil</u>	Hora: <u>16:45hs</u>
<u>5. Dipirona</u>	
<u>6. Milazolan</u>	

4. USO DE PRÓTESE / ÓRTESE: SIM () NÃO () QUAL:

5. EVOLUÇÃO DE INTERCORRÊNCIA:

Paciente admitido em S.O. às 16:05h, AVP (MSD), EGR, realizou anestesia bloqueio, submetido a cirurgia de tratamento cirúrgico e controle mantido. Se estiver desatento, o paciente segue para SR acompanhado pela anestesia e pela técnica de enfermagem.

6. ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

Paciente: Acordado (☒) Narcose () Semi Narcose () Traqueostomizado () Entubado ()
Encaminhado para: SRPA (☒) UTI Adulto () UTI Pediátrica ()

Cláudio Ricardo de S. F. PE 1185251
Téc. Enfermagem - Assinatura e Carimbo

DATA DA HOMOLOGAÇÃO

Rua Aprígio Guimarães, S/N - Tejipió,
Recife - PE
CEP: 50920-640
Telefone: 3182-8500

DATA DA
REVISÃO

HOF 01





HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
NOTA DE SALA CIRÚRGICA/ BLOCO CIRÚRGICO CENTRAL

ROT 9.17 - 02 V1

DATA: 12/05/2018 Urgência: () Eletiva: () Nº Sala Cirúrgica: (02) Circulante: Edvânia
Nome do Paciente: José Antônio de Albuquerque
Atend: 16.40.40 Reg: 3059890
Cirurgião: Dr. Ricardo de Almeida Auxiliar(1): Dr. Ricardo de Almeida Instrumentador(a):
Enfermeiro(a): Edvânia de Almeida Auxiliar(2): Dr. Ricardo de Almeida Anestesia: Dr. Ricardo de Almeida
Especialidade: Urologia Uro PVL() Geral() Geral PVL() Trauma() CPRE() Torácica() Torácica PVL()
CIRURGIA: Prostatectomia por via transuretral com ressecção de glândula

QTD	MEDICAMENTOS	QTD	MEDICAMENTOS	QTD	MEDICAMENTOS
	ADRENALINA AMPOLA		CLORIDATO DE ETILEFRINA (EFORYL) AMPOLA		NEOSTIGMINA (FRUSTIGMIN) AMPOLA
	ÁGUA BISTILADA 100ml AMPOLA		FENERGAN AMPOLA		NOREPINEFRINA (NORA) AMPOLA
	ÁGUA BISTILADA 500ml FA		FUROSEMIDA (LASIX) AMPOLA		RANITIDINA (ANTAX) AMPOLA
	AMINOPIRINA AMPOLA		GLICOSE 50% AMPOLA		SORO FISIOLÓGICO 0.9% 1000ml
	AMOXICILINA AMPOLA		GLUCONATO DE CÁLCIO AMPOLA	03	SORO FISIOLÓGICO 0.9% 500ml
	ATROPINA AMPOLA		HIDROCORTISONA 500mg		SORO FISIOLÓGICO 0.9% 250ml
	BICARBONATO DE SÓDIO 10% AMPOLA		HYFAQUE AMPOLA		SORO FISIOLÓGICO 0.9% 100ml
	CLOROTO DE SÓDIO 20% AMPOLA		LIQUEMINE (HEPARINA) FA		SORO GLICOSADO 10% 500ml
	CLOROTO DE POTÁSSIO 19.1% AMPOLA		MANITOL (3%) / (20%)		SORO GLICOSADO 5% 500ml
01	DICLOFENACO AMPOLA		METRONIDAZOL (FLAGYL) 500mg	01	SORO RINGER LACTATO 500ml
	DICLOFENACO DE SÓDIO AMPOLA		METOCLOPRAMIDA (PLASIL) AMPOLA		TENOXICAN (TILATIL) 40mg FA
	DIPRIVANA AMPOLA		NEOCAINA 0.5% CIA AMPOLA		XYLOCAINA GELATINA TUBO
01	DEFAZOLINA (KEFAZOL) 0.5g FA		NEOCAINA 0.5% CIA AMPOLA		XYLOCAINA SPRAY (PUFF)
	DEFAZOLINA (KEFLIN) 1g FA		NEOCAINA 0.5% PEGADA AMPOLA		
QTD	CONTROLADOS	QTD	CONTROLADOS	QTD	CONTROLADOS
	ALFENTANIL (RAPIFEN) AMPOLA		FENTANIL (FENTANIL) FA		MORFINA (DIMORF) 0.2mg AMPOLA
	ATRACURIO (TRACRIUM) AMPOLA		FLUMAZENIL (LANEXAT) AMPOLA		PANCURÔNIO (PAVLOON) AMPOLA
	CLORIDATO DE PENTIDINA (PENTININA) AMPOLA	01	MIDAZOLAN (DORMONID) 15mg AMPOLA		REMIFENTANIL (ULTIVA) FA
	CETAMINA (KETALAR) 50mg FA		MIDAZOLAN (DORMONID) 50mg AMPOLA		SUGAMAX (BRIDION) 100mg AMPOLA
	DIPRIVAM (PROPOFOL) AMPOLA		MORFINA (DIMORF) 10mg AMPOLA		TRAMADOL (TRAMAL) 100mg AMPOLA
	ETOMIDATO 20mg/ml AMPOLA		MORFINA (DIMORF) 1mg AMPOLA		
QTD	DESCARTÁVEIS	QTD	DESCARTÁVEIS	QTD	DESCARTÁVEIS
07	AGULHA 13x4.5 UNID		URENO PENTROSE Nº		SONDA ENDOTRAQUEAL C/B Nº
07	AGULHA 25x07 UNID		URENO DE SUCÇÃO Nº		SONDA ENDOTRAQUEAL S/B Nº
	AGULHA 40x12 UNID		URENO TORÁCICO Nº		SERINGA 1cc
	AGULHA P/ PERIDURAL Nº	05	ELECTRODOS		SERINGA 5cc
	AGULHA P/ RACLI Nº		EQUIPO MACRO QTS/ MICRO QTS	01	SERINGA 10cc
04	ALG. ORTOPÉDICO (g)		ESPARADRAPO ANT. CM		SERINGA 20cc
	ATADURA DE OREPE Nº 50 CM 1.20m		ESPARADRAPO IMPERME. 1m		SERINGA 60cc
	ATADURA GESSADA 1cm		GASES PACOTES		SONDA FOLEY Nº
	BOLSA DE COLOSTOMIA	02	JELCO Nº		SONDA NASOGÁSTRICA Nº
	CATETER SUBCLÁVIA ADULTO		LÂMINA BISTURI Nº 15, 23		SONDA URETRAL Nº
	CATETER SUBCLÁVIA PEDIÁTRICO		LIGA CLIP Nº 300		SONDA RETAL Nº
	CATETER NASAL	01	LIGA CLIP Nº 400		SURGICEL UNID
	CERA PARA OSSO	06	LUVA CIRÚRGICA 7.0		TELA PROLENE CM
	COLETOR SISTEMA ABERTO		LUVA CIRÚRGICA 7.5		TORNEIRINHA 3 VIAS
	COLETOR SISTEMA FECHADO		LUVA CIRÚRGICA 8.0		TRAQUEOSTOMIA Nº
24	COMPRESSA CIRÚRGICA 0.5 UNID	09	LUVA DE PROCEDIMENTO		
	DRENO LÂMINAR Nº	03	MÁSCARA TOUCA		
QTD	FIOS	QTD	MATERIAS	QTD	SOLUÇÕES
	ALGODÃO SEM AGULHA Nº		CAPOTE	01	ÁGUA OXIGENADA (ML)
	ALGODÃO COM AGULHA Nº		BÁSICO VÍDEO		ÁLCOOL 70% (ML) 50ml
	CAT. GUT CROMADO Nº		BÁSICO AZUL	01	CLOROXIDINA 2% (ML) 100ml
	CAT. GUT SIMPLES Nº		BÁSICO TORÁCICO		CLOROXIDINA ALCOOLICA (ML)
	SEDA Nº		BÁSICO HEMORROIDECTOMIA		ETER (ML)
	MONONYLON Nº		BÁSICO DE FÍSTULA		GEL
	CAPROFYL Nº	01	BÁSICO DILUÍDO		2 cubos, 1 para furar e 1 para
	FITA CARDÍACA	02	BÁSICO PRÓSTATA		1 metro e 1/2 de 2 metros
	PROLENE Nº		LAP		caixa 3.5 e 2.5 de 3.5 e 2.5
	VICRYL Nº		KIT URO / RTU		
	PDS Nº		VIAS DE CABLES		
QTD	EQUIPAMENTOS	QTD	EQUIPAMENTOS	QTD	EQUIPAMENTOS
	MONITOR CARDÍACO		OXÍMETRO DE PULSO		CO2 () INÍCIO () TÉRMINO
	PNI		PAM		OXIGENOTERAPIA SIM () NÃO ()
	CAPNÓGRFO		ASPIRADOR		APARELHO DE VÍDEO
	BISTURI ELÉTRICO		BISTURI ULTRASSÔNICO		INTENSIFICADOR DE IMAGEM ()
	BOMBA DE INFUSÃO		AQUECEDOR TÉRMICO		EQUIPAMENTO DE LASER
	STIMULPLEX		TOF		
QTD	HORÁRIO MONTAGEM DA SALA	QTD	HORÁRIO DA ANESTESIA	QTD	HORÁRIO DA CIRURGIA
	INÍCIO: 15.40hs		ENTRADA DO PACIENTE ÀS: 15.55hs		INÍCIO: 16.20hs
	TÉRMINO: 15.55hs		TÉRMINO: 16.20hs		TÉRMINO: 16.10hs
	SAÍDA DO PACIENTE ÀS:				

Edvânia Oliveira Tec. Inf. Cirúrgica
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ASSINATURA / CARIMBO 1185251

MÉDICO - ASSINATURA / CARIMBO

DATA DA HOMOLOGAÇÃO

Rua Aprígio Guimarães, S/N - Tejipió,
Recife - PE
CEP: 50920 - 640
Telefone: 3182-8500

DATA DA
REVISÃO

HOF 01



PROCURAÇÃO GERAL

AUTORIZANTE:

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Identidade:

Endereço:

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE
 Brasileiro Estado civil: Solteiro
 AG. Cultor
 51.73.480 CPF: 024.33.6284-66
 S. Ti. E. For. n.º 630, zona rural

AUTORIZADO:

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Identidade:

Endereço:

GERALTON INACIO FERREIRA
 Bras. Leão Estado civil: Casado
 Advogado
 51.66.247 CPF: 022.760.334-60
 Rua 1.º de Maio n.º 222 Centro

Para presentes Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e
 subrogado ativo qualificado, a quem todos poderes para representar-me perante as SEGURADORAS,
 referentes ao Seguro Obrigatório - DPVAT.

Passira 11/04/2018

LOCAL E DATA:

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

Cartório Unico
 de Passira-PE

ASSINATURA DO AUTORIZANTE

(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



CARTÓRIO ÚNICO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PASSIRA - PE

Reconheço Por Autenticidade a firma de JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE
 e dou fé. Passira - PE, 11/04/2018 11:34:44 Em testemunho da
 verdade. MARIA APARECIDA DE MORAIS PADILHA BEZERRA - TABELIA
 Emol. R\$ 3,59, TSWR R\$ 0,00, FERC R\$ 0,40 Total R\$ 4,79 Selo
 Digital: 0075036.JWG04201802.02977 Consulte autenticidade em
 www.t.jpe.jus.br/selodigital.

Maria Aparecida de M. Padilha Bezerra
 Titular

Maria Aparecida de M. Padilha Bezerra
 Titular



SINISTRO 3180381999 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE**SEGURADORA** S/A**BENEFICIÁRIO** JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE**CPF/CNPJ:** 02433628466**Posição em 17-12-2018 12:13:45**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/08/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

4

1111

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Vara Única da Comarca de Passira

Pç Severino Ferreira, 59, Centro, PASSIRA - PE - CEP: 55650-000 - F:(81) 36512820

Processo nº 0000006-03.2019.8.17.3070

AUTOR: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

DESPACHO

R.H.

- I. Defiro a **gratuidade** da justiça (**CPC, art. 98**), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (**CPC, art. 98, § 2º**), **bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º).**
- II. Cite-se o requerido(a), através de seu representante legal para, querendo, oferecer resposta aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, não contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

Oferecida a contestação, dentro do prazo legal, dê-se vista a parte autora para a réplica.

Passira/PE, 10 de outubro de 2019

Dr.Alfredo Bandeira de Medeiros

Júnior



Juiz de Direito em exercício cumulativo



CONTESTAÇÃO E HABILITAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PASSIRA/PE

Processo: 00000060320198173070

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., empresa seguradora com sede à Rua Sampaio Viana, 44 - Paraíso - São Paulo - SP - CEP: 04004-001, inscrita no CNPJ sob o número 33.164.021/0001-00 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **11/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **21/05/2018**.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



DA INÉPCIA DA INICIAL

DOCUMENTOS ILEGÍVEIS

Inicialmente cumpre informar que a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que verifica-se a existência de documentos ilegíveis.



UNIDADE MISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

BOLETIM DE EMERGÊNCIA

Prontuário: 00014847-2 Idade: 42 ANOS, 6 MESES E 5 DIAS No. Ocorrência: 00407

Nome: JOSE DESSON DE ALBUQUERQUE Dt. Nasco: 06/11/1975 Sexo: M Est. Civil: SOLTEIRO

Endereço: RUA STIVAL CEP: 20660000 Nac: BRASIL

Cidade: PASSAIEIRA/PE Bairro: ZONA RURAL

Documento: 015.378.490-RSE/PE CNS: 204155456411 Sisprenatal: Tel: (011) 9648-194

Mãe: MARIA JOSE DA SILVA Pai: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE

Profissão: APLICADOR DE PRÓTESE DENTÁRIA RESPONSÁVEL

Últimas Ocorrências	Data	Nº Ocorrência	Motivo do atendimento
	11/05/2016 15:14	0040711	ACIDENTE DE MOTOCICLETA

PRE-CONSULTA Urgência () Não Urgência () Emergência () Acidente Trabalho () Acidente Trânsito ()

Horário	P.A.	Pulso	Peso	Assinatura

Queixas / Diagnóstico

Lesão no tornozelo direito, com dor e inchaço, após queda de moto.

Tratamento

Medicação: 5 dias de Ibuprofeno 400mg. 3x ao dia.

Imobilização: 20 dias.

Assinatura: André Lemos, Nº 639.912

Exames complementares

Impressão diagnóstica CID: S80.0

Motivo da saída: ☒ Residência ☐ Internado ☐ Justificativa:

Encaminhado: ☐ Removido: ☐

Óbito: ☐ às ____ h ____ m do dia ____

Data saída: ____ Hora saída: ____

Data da impressão: Sexta-feira, 11 de Maio de 2016 às 15:14

Recepcionista: MARIA BARROS

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	TÉCNICO / CONSELHO	HORÁRIO

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



GUIA DE ENCAMINHAMENTO

Unidade de Saúde <i>U.M. N.S.C.</i>	Município <i>Passira</i>
Nome do Paciente <i>Sra. Edina de Albuquerque</i>	Senha <i>5424305</i>
Endereço do Paciente <i>Sítio Capoeira</i>	Destino <i>HCF - Transmutologia</i>
Hipótese Diagnóstica <i>problema de saúde de origem distal (E) lesões de origem distal (E)</i>	
Conduta <i>Digitação de sangue</i>	
Observação <i>paciente com 42 anos, com histórico de queda de peso e com 5 meses sem participar de atividades físicas de lazer. Paciente com 4+5 + 10 = 15</i>	
Hora de Saída	
Confirma Transferência	

Ass. / Carimbo Médico

Ass. / Carimbo Enf. Chefe

Desta forma, se faz impossível o pleno direito de defesa e contraditório, visto que o autor juntou aos autos documentos exigíveis totalmente ilegíveis a propositura da demanda.

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme disposto no artigo 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil, combinado com artigo 330, inciso I, e parágrafo primeiro, do mesmo diploma legal



DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 11/05/2018. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	30/08/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00053

CONTA: 000000049475-6

Nr. da Autenticação E26295F881271D9A



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180381999 Cidade: Passira Natureza: Invalidez Permanente
 Vítima: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE Data do acidente: 11/05/2018 Seguradora: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/08/2018
 Valoração do IML: 0
 Perícia médica: Não
 Diagnóstico: FRATURA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO (GALLEAZZI).
 Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (OSTEOSSÍNTESE) E ALTA.
 Sequelas permanentes: DIMINUIÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO PUNHO ESQUERDO.
 Sequelas: Com sequela
 Conduta mantida:
 Quantificação das sequelas: DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DO PUNHO ESQUERDO.
 Documentos complementares:
 Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD
 Grupo: EQ2
 Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BLANCO
 CRM: 902330
 UF do CRM: RJ
 Assinatura:

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA



Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

⁷ art. 1º . (...)

^{§2º} Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PASSIRA, 7 de novembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **TOKIO MARINE SEGURADORA S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **PASSIRA**, nos autos do Processo nº 00000060320198173070.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC9943DA9D4



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 2/13



JUCERJA
Arquivo Digitalizado



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E6F8FFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



JUCERJIA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures and initials.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA


TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 69-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/DF nº 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso II: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017"; e/ou: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 7º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Constituição Federal da República, aprovada pelo Decreto nº 8.275, de 28 de novembro de 2003:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interam n.º 18, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de

Considerando que a licença em questão por ele solicitada, conforme o disposto no § 1º do art. 7º de Regulamentação para o Transporte Rodoviário de Pessoas Perigosas, deve atender a adequação das veículos e das equipamentos rodoviários destinados a esse fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajuste dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interam n.º 14/2016, resolve:

A.N. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tipos de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam nº 16, de 14 de janeiro de 2014, conforme disposto na Assinatura Portaria, disponibilizado na página www.jcmec.gov.br.

Insitua.gov.br ou no endereço abaixo:
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- Itaipava

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Deconf
 Rua Santa Alexandrina, nº 466 - 3º andar - Rio Com-
 gida
 Cep 20.341-722, Rio de Janeiro, RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Interministerial nº 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

[illegible]

Art. 2º Ficam incluídas na Portaria semestral n.º 14/2014 as Ações F e G acrescidas a esta Portaria.

Art. 4º Fica inscrita, no art. 4º da Portaria Interio n.º 16/2014, as seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo da Ato, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DNEI), sob o objetivo de colher subsídios para deliberação do posicionamento do governo brasileiro na Comissão de Coordenação do Comércio Exterior nº 1, de Curitiba, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, em Mercadorias (C-1).

As alterações propostas são importantes devido ao disposto na Portaria-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situada na Capitania dos Ministérios, Dileto nº 7, TÍTULOS, CEP 10011-400, Brasília (DF), as respectivas alterações deverão ser encaminhadas ao Superior Departamento de Comércio e seu encaminhamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas à proposta deverão ser apresentadas mediante a preenchimento integral do roteiro próprio, disponível na página do Ministério na Internet, no endereço http://www.mec.gov.br/inep/EXPOSITOR/Inscricao/legacao/ACC70C_2017/Inscricao-de-concursos2017.doc. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7373 e 2027-7358 ou pelo endereço de e-mail cti@educ.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeclaturas do CT-1, eventuais modificações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos no Manual.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO				
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
2917.20.00	Acções policíclicas cíclicas, cíclicas ou ciclocloroprenos, seus análogos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Acções Policíclicas, cíclicas, cíclicas ou ciclocloroprenos, seus análogos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados	12
		2917.20.1	Interno de todos policíclicos cíclicos	
		2917.20.15	Ciclohexano de dióxido	
		2917.20.20	Outros	
		Outros		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/leis.html>, pelo código 00012918712300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

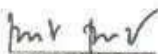
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	AD82B69D 088674
Recebição por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS Total
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar : 3,9% Escrevente : 10796.48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
EOLP-56891 H01, EOLP-56892 H02 https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Habilitação



AR ANEXO



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENC

CEP

TOKIO MARINE BRASIL SEGURODORA S/A
AV. ENGENHEIRO DOMINGOS FERREIRA, 345, BOA VIAGEM
RECIFE/PE – CEP: 51.011-050

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta ID 52329448
Proc. 6-03-2019

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☒ SEGURODO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON

22/10/19

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Elizabeth Mota
Tokio Marine Seguradora
SUC-Recife

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Pç Severino Ferreira, 59, Centro, PASSIRA - PE - CEP: 55650-000

Vara Única da Comarca de Passira

Processo nº 0000006-03.2019.8.17.3070

AUTOR: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

PASSIRA, 15 de janeiro de 2020.

GIVAGO LEMOS DE ALMEIDA



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE PASSIRA/PE.**

PROCESSO Nº: 0000006-03.2019.8.17.3070

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE, parte já devidamente qualificada nos autos do processo em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, por seu advogado “in fine” assinado, vem diante de V. Exa., com fundamento no **art. 350, do Código de Processo Civil**, apresentar:

RÉPLICA A CONTESTAÇÃO

pelos motivos que passa a expor e ao final requerer:

1. DOS FATOS:

A parte autora postula **Cobrança De Seguro Obrigatório DPVAT**, requerendo a condenação do réu no valor máximo por invalidez permanente, uma vez que foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava a sua motocicleta Honda CG FAN ES, 125 CC, ano/modelo 2014, de placa OYZ 9742, renavam 1027675937, perdendo o controle da motocicleta e caiu ao chão, no Sítio Tamanduá, Zona Rural, Passira/PE.

O fato ocorreu no dia 11/05/2018, às 13h14min, sendo socorrido para a Unidade Mista Nossa Senhora da Conceição, após os primeiros atendimento, foi transferido para o Hospital Otávio de Freitas, onde constatou-se que a queda, lhe ocasionou a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, conforme o laudo em anexo.

Destaque-se que a réu pagou valor a menor, haja vista que o autor fazia jus a receber R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), contudo recebeu apenas **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao Sinistro nº 3180381999.**

2. DO EXAME DA CONTESTAÇÃO, PRELIMINARES

2.1 DA INÉPCIA DA INICIAL – DOCUMENTOS ILEGÍVEIS

Não deve prosperar a alegação que os documentos estão ilegíveis, uma vez que podemos observar todas as informações que consta no RG senão vejamos:



O boletim de Ocorrência Hospitalar conseguimos ter todos as informações legais sobre os dados do autor e a informações do acidente de moto. Do mesmo modo conseguimos ler as informações no Guia de Encaminhamento.

Por tanto, a petição inicial cumpriu os requisitos previstos no art. 320 do CPC, uma vez que foi instruída com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, desta feita preliminar ventilada também deve ser rejeitada.

3. DO EXAME DA CONTESTAÇÃO – DO MÉRITO

3.1 DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO -ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

É fato notório no Estado de Pernambuco, que apenas as vítimas de morte violenta são encaminhadas para o Instituto Médico Legal.

Na maioria das cidades de Pernambuco não existe IML, apenas na capital e em duas ou três cidades do interior. Os IML que existem estão sobrecarregados, por falta de funcionários e equipamentos. As vítimas de acidente de trânsito que não falecem nunca são encaminhados para IML, desta feita é quase impossível fornecer laudos médicos do IML para receber os valores do Seguro DPVAT.

O laudo do IML pode ser suprido por outros laudos emitidos por Hospitais Públicos e Privados, comprovando a gravidade dos ferimentos e a consequente invalidez permanente, ademais, deverá ser nomeado perito oficial, para emitir prova pericial.

O autor faz jus a receber R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pela sua invalidez permanente, uma vez que só recebeu apenas **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao Sinistro nº 3180382007, não restando outra maneira para receber senão recorrendo a tutela jurisdicional.**

4. DOS PAGAMENTOS

Devido a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, o autor ficou com sequela permanente com limitação de uma ou várias funções orgânicas, que acarretam a diminuição das aptidões da pessoa, para determinada atividade.

Diante do quadro acima a autora faz jus a receber o restante do valor por invalidez permanente em grau máximo no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Desta feita é totalmente infundado a alegação da ré que a autora teve percentual da perda em 25%. A ré não junta laudo médico atestando que a perda é em grau médio, suas alegações são superficiais desconsiderando todos os exames e laudos médicos dos cirurgiões no procedimento operatório e pós-operatório realizados na autora.

As operadoras de seguro tentam o máximo possível, esquivasse da obrigação de pagar, utilizando alegações sem fundamentação, para tentar maximizar os lucros. Sendo necessário a tutela do jurisdicional para obrigar ao pagamento do valor correto.

5. DOS PEDIDOS:

Diante o exposto, requer:

- A) A procedência dos pedidos contidos na inicial;
- B) A improcedência dos pedidos contidos na contestação;
- C) A improcedência da preliminar ventilada;
- D) As manutenções do benefício da justiça gratuita, inversão do ônus da prova e vulnerabilidade do consumidor.

Oportunamente informa que, não há provas a serem produzidas, requerendo o julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, inciso I e II do CPC.

Nestes termos

Pede deferimento.

Limoeiro/PE, 11 de fevereiro de 2020.

DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO

ADVOGADO OAB/PE Nº 34.512







**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE PASSIRA/PE.**

PROCESSO Nº: 0000006-03.2019.8.17.3070

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE, parte já devidamente qualificada nos autos do processo em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, por seu advogado “in fine” assinado, vem diante de V. Exa., com fundamento no **art. 350, do Código de Processo Civil**, apresentar:

RÉPLICA A CONTESTAÇÃO

pelos motivos que passa a expor e ao final requerer:

1. DOS FATOS:

A parte autora postula Cobrança De Seguro Obrigatório DPVAT, requerendo a condenação do réu no valor máximo por invalidez permanente, uma vez que foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava a sua motocicleta Honda CG FAN ES, 125 CC, ano/modelo 2014, de placa OYZ 9742, renavam 1027675937, perdendo o controle da motocicleta e caiu ao chão, no Sítio Tamanduá, Zona Rural, Passira/PE.

O fato ocorreu no dia 11/05/2018, às 13h14min, sendo socorrido para a Unidade Mista Nossa Senhora da Conceição, após os primeiros atendimento, foi transferido para o Hospital Otávio de Freitas, onde constatou-se que a queda, lhe ocasionou a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, conforme o laudo em anexo.

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904;



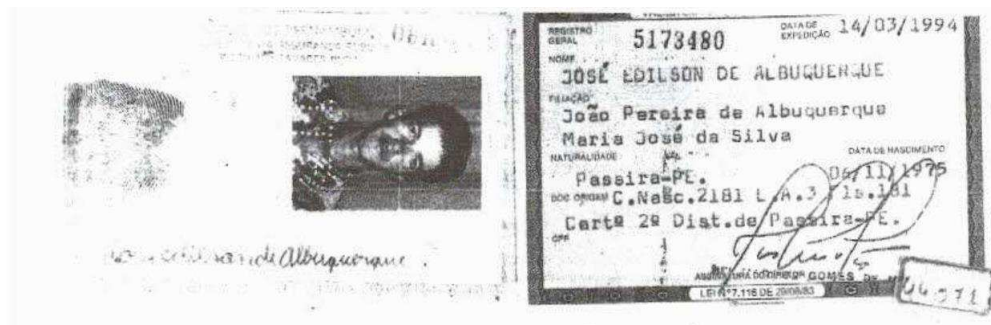


Destaque-se que a réu pagou valor a menor, haja vista que o autor fazia jus a receber R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), contudo recebeu apenas R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao Sinistro nº 3180381999.

2. DO EXAME DA CONTESTAÇÃO, PRELIMINARES

2.1 DA INÉPCIA DA INICIAL – DOCUMENTOS ILEGÍVEIS

Não deve prosperar a alegação que os documentos estão ilegíveis, uma vez que podemos observar todas as informações que consta no RG senão vejamos:



O boletim de Ocorrência Hospitalar conseguimos ter todas as informações legais sobre os dados do autor e a informações do acidente de moto. Do mesmo modo conseguimos ler as informações no Guia de Encaminhamento.

UNIDADE MISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO		
BOLETIM DE EMERGÊNCIA		No. Ocorrência: 00407
Prontuário: 0014957-3	Idade: 42 ANOS, 6 MESES E 5 DIAS	
Nome: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE	Dt. Nasc.: 06/11/1975	Sexo: M Est. Civil: SOLTEIRO
Endereço: SÍTIO: CIPÓAL	CEP: 55650000	
Cidade: PASSIRA/PE	Bairro: ZONA RURAL	Nac: BRASIL
Documento: C15.1781480 SSP/PE	CNS: 70670512289410	Sis prenatal: Tel: (81) 9648-786
Mãe: MARTA JOSE DA SILVA	Pai: JOÃO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	
Profissão: AGRICULTOR - ÁREA: CARTA PRELIMINAR	Responsável:	
Últimas Ocorrências		
Data	Nº Ocorrência	Motivo do atendimento
11/05/2018 15:14	0040711	ACIDENTE DE MOTO
PRE-CONSULTA		
Urgência () Não Urgência () Emergência () Acidente Trabalho () Acidente Trânsito ()		
Horário	P.A.	Pulso
		Peso Ativo o V
Assinatura		

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.

E-mail: britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904;





Por tanto, a petição inicial cumpriu os requisitos previstos no art. 320 do CPC, uma vez que foi instruída com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, desta feita preliminar ventilada também deve ser rejeitada.

3. DO EXAME DA CONTESTAÇÃO – DO MÉRITO

3.1 DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO -ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

É fato notório no Estado de Pernambuco, que apenas as vítimas de morte violenta são encaminhadas para o Instituto Médico Legal.

Na maioria das cidades de Pernambuco não existe IML, apenas na capital e em duas ou três cidades do interior. Os IML que existem estão sobrecarregados, por falta de funcionários e equipamentos. As vítimas de acidente de trânsito que não falecem nunca são encaminhados para IML, desta feita é quase impossível fornecer laudos médicos do IML para receber os valores do Seguro DPVAT.

O laudo do IML pode ser suprido por outros laudos emitidos por Hospitais Públicos e Privados, comprovando a gravidade dos ferimentos e a consequente invalidez permanente, ademais, deverá ser nomeado perito oficial, para emitir prova pericial.

O autor faz jus a receber R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pela sua invalidez permanente, uma vez que só recebeu apenas R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao Sinistro nº 3180382007, não restando outra maneira para receber senão recorrendo a tutela jurisdicional.

4. DOS PAGAMENTOS

Devido a fratura interna de rádio distal à esquerda e luxação de úmero distal à esquerda, ocasionando a debilidade permanente do membro superior esquerdo, o autor ficou com sequela permanente com limitação de uma ou várias

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904;





funções orgânicas, que acarretam a diminuição das aptidões da pessoa, para determinada atividade.

Diante do quadro acima a autora faz jus a receber o restante do valor por invalidez permanente em grau máximo no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desta feita é totalmente infundado a alegação da ré que a autora teve percentual da perda em 25%. A ré não junta laudo médico atestando que a perda é em grau médio, suas alegações são superficiais desconsiderando todos os exames e laudos médicos dos cirurgiões no procedimento operatório e pós-operatório realizados na autora.

As operadoras de seguro tentam o máximo possível, esquivasse da obrigação de pagar, utilizando alegações sem fundamentação, para tentar maximizar os lucros. Sendo necessário a tutela do jurisdicional para obrigar ao pagamento do valor correto.

5. DOS PEDIDOS:

Diante o exposto, requer:

- A) A procedência dos pedidos contidos na inicial;
- B) A improcedência dos pedidos contidos na contestação;
- C) A improcedência da preliminar ventilada;
- D) As manutenções do benefício da justiça gratuita, inversão do ônus da prova e vulnerabilidade do consumidor.

Oportunamente informa que, não há provas a serem produzidas, requerendo o julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, inciso I e II do CPC.

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904;





Nestes termos

Pede deferimento.

Limoeiro/PE, 11 de fevereiro de 2020.

DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO

ADVOGADO OAB/PE Nº 34.512

Rua Vigário Joaquim Pinto, nº 433-A, Centro, Limoeiro/PE, CEP 55.700-000.
E-mail britoadvogados.adv@gmail.com/ Fone: 9.9899-0904;



Assinado eletronicamente por: DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO - 11/02/2020 08:59:13
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021108591315900000056792810>
Número do documento: 20021108591315900000056792810

Num. 57740924 - Pág. 5



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Vara Única da Comarca de Passira

Pç Severino Ferreira, 59, Centro, PASSIRA - PE - CEP: 55650-000 - F:(81) 36512820

Processo nº 0000006-03.2019.8.17.3070

AUTOR: JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.

DESPACHO

RH

Digam as partes as provas que pretendem produzir no prazo de cinco(05)
dias.

Intimações necessárias.

Passira, em 23 de março de 2020.

Juiz de Direito em exercício



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE PASSIRA/PE.**

Processo nº: 0000006-03.2019.8.17.3070

JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE, parte já devidamente qualificado na ação de Indenização por Dano Moral, em face da **EGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT AS** e **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, por seu advogado “in fine” assinado, devidamente constituído através do instrumento procuratório já anexado aos autos, vem diante de V. Exa., com fundamento no **art. 357, § 1º, do Código de Processo Civil**, informar e requerer;

Que **não há provas a produzir e/ou esclarecimentos**, estando todas as provas anexadas aos autos na distribuição da ação.

Oportunamente pede-se o julgamento antecipado da lide e a procedência dos pedidos formulados na inicial.

Nestes termos

Pede deferimento.

Limoeiro/PE, 01 de abril de 2020.

DERMEVAL BEZERRA DE BRITO FILHO

OAB/PE 34512



PETIÇÃO DE PROVAS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PASSIRA/PE

Processo: 00000060320198173070

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais nos termos convênio 014/2017, firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PASSIRA, 1 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

